

EXTRA-CLASSE

ANO X - N.º 51

Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais

JUL/89

VITÓRIA DA NOSSA LUTA!

- As várias conquistas dos professores
- A greve tintim por tintim
- Sucessão presidencial

Abaixo Newton Lima professor

O Plano Verão mais o desmoronamento salarial para os professores estaduais só podiam dar origem a uma greve generalizada do funcionalismo público estadual. Além dos professores, estão em greve também os funcionários da

Greve vitoriosa

A última greve dos professores em Minas Gerais foi apenas pela primeira vez pelo alto nível de produtividade da categoria. O amplo apoio recebido em todas as unidades de ensino, especialmente nas escolas particulares, também pelo exemplo do Colégio dirigido ao

Represalias

Encs da greve

Flagelos do verão

A força das greves

vitória

um ataque ao bolso

escola

A GREVE DOS PROFESSORES

apóiam a greve dos professores

aquecer as greves

GREVE

A festa da vitória

A greve dos professores estaduais, que compreende hoje 62 dias, tem o apoio de 69% dos paulistanos. Esta foi a conclusão da pesquisa realizada no último dia 16, em um trabalho de 100 entrevistas. Os entrevistados de nível superior acham que não deve haver demissões, 90% são favoráveis a greve e 9% são indiferentes. O sindicato se fortalece, faz mais altos nas próximas campanhas e Hoje, a greve representa os seus resultados.

EDITORIAL

IGL
ad
AOS QUE NÃO PARTICIPARAM

Nos 55 anos de história do SINPRO-MG, a greve deste ano — iniciada em 29/03 e encerrada no dia 03/05 — tornou-se não só o maior movimento já realizado pelos professores da rede particular, mas também o que provocou profundas mudanças na categoria; na sua forma de agir e pensar, enquanto profissionais e cidadãos.

Na verdade, o movimento deste ano, na extensão e na dimensão em que aconteceu, acrescido com a determinação e firmeza dos professores, é resultado das experiências acumuladas em todos estes anos de luta. Da retomada do Sindicato em 1979, até o primeiro embate direto contra os patrões, houve um grande trabalho de maturação da categoria. Isso aconteceu na campanha salarial de 1985, quando, com um dia de greve conquistamos o que pretendíamos. Foram os primeiros passos...

Na campanha de 86, 21 dias de greve, no maior movimento da categoria até então, em plena euforia do Plano Cruzado, a greve foi considerada ilegal pela justiça e sofremos uma derrota econômica. Entretanto, em agosto de 87, em 17 dias de paralisação, essa momentânea derrota foi transformada numa esmagadora vitória. Uma vitória da força, unidade e combatividade dos professores, quando consolidamos o melhor acordo do país, em se tratando de trabalhadores. Fomos uma das poucas categorias que obteve ganhos reais naquele ano. Demos aí, vários passos, superamos as nossas debilidades, crescemos em nossa organização e consciência.

Na data-base de 88, fizemos acordo sem greve, mas a partir do final do ano já nos preparávamos para a campanha de 89 que, a própria conjuntura econômica do país anunciava, iria ser uma queda de braço com os patrões. O Plano Verão do governo só colocou mais lenha na fogueira desta luta, arrojando ainda mais os nossos salários, como de resto de todo povo brasileiro.

Nestes 36 dias de greve, coroados com a favorável decisão da justiça, os professores demonstraram que estão aprendendo com suas experiências. Além da vitória econômica conquistada, os saldos políticos e organiza-

tivos foram muito importantes para a categoria como um todo, na sua evolução e transformação.

Como em nenhuma outra greve, nesta aflorou, até mesmo para fora da categoria, a discussão sobre a escola particular versus escola pública, onde, entre outras coisas, ficou claro que o descaso e a irresponsabilidade das autoridades governamentais só tem servido para a especulação e o enriquecimento fácil dos proprietários do ensino particular, com seus lucros cada vez mais polpudos.

O movimento serviu para desmascarar de vez, a falsa relação existente entre o professor e as direções das escolas que, em sua maioria, tentam camuflar os conflitos na base da chantagem emocional dos professores, pais e alunos. Como dessa vez não foi possível, os patrões colocaram as manguinhas de fora, desceram a repressão em todas as escolas, inclusive nas religiosas. Só que a resistência da categoria foi outro ponto alto desta luta.

Foi a greve que teve o maior número de mulheres, onde o pré-escolar e primário se mostraram mais organizados do que em outros momentos, fazendo até encontro para discussão de seus problemas específicos; onde a paralisação no 3º grau aumentou; onde, pela primeira vez, os cursos de pré-vestibulares (mina de ouro dos donos de escolas) entraram em greve, assim como o Sistema Arquidiocesano, Sesi, etc. Ressalte-se, também, que foi a primeira vez que professores e funcionários encaminharam um movimento conjuntamente.

Obviamente, nem tudo foram flores. Erros aconteceram, o que era de se esperar, se se levar em conta as condições em que esta greve se deu. Faltou maior organização, maior comunicação com a categoria e articulação com as lideranças de base. Mas como disse um colega, professor de história, "numa greve como esta, ninguém tem o mesmo pique durante os 36 dias, sempre aparecem algumas falhas. O importante é termos, no geral, o rumo certo".

Podemos dizer, sem medo, que estamos mais fortes, mais preparados. Junto com a categoria, a nossa entidade, o SINPRO-MG, sai também fortalecida, pronta para as próximas lutas.

Professor, mantenha seus dados atualizados no SINPRO. Estamos completando nossa listagem por computador e precisamos dos dados corretos. O envio de material para locais errados custa caro para a entidade e prejudica o associado. Ajude-nos nessa tarefa. Se você souber de algum colega que não está recebendo nossa correspondência, entregue a ele o cupom abaixo.

NOME:
Nº DE MATRÍCULA NO SINPRO:
RUA: Nº:
BAIRRO: CIDADE:
CEP.: TELEFONE:
ESCOLA:
MATÉRIA QUE LECIONA:
NÍVEL DE ENSINO:



Recorte e envie para o SINPRO!

Colega,

Após nossa brilhante vitória, estamos divulgando muitas coisas boas para a categoria. Destas boas coisas, algumas serão repartidas com você: a conquista salarial, o adicional por atividade extra classe, a estabilidade no emprego, e etc. Já outras coisas não se pode repartir, como a experiência de quem viveu dias de luta em defesa de sua dignidade profissional, a integração e a unidade daqueles que percorrem caminhos comuns, a certeza e o aprendizado dos que corajosamente perseguem um objetivo maior. Tudo isso não se transfere, não se repassa, nem se ensina. Aprende-se, é verdade, mas na convivência companheira de nossas lutas.

Infelizmente você perdeu essa rara oportunidade. Nas assembleias, por várias vezes, nós sentimos sua ausência. E não foi só nas assembleias. Talvez, você não saiba, mas uma greve exige muito trabalho, muita dedicação, além de alguma coragem também. Nisto tudo você fez falta. Mas com o exemplo que representou nossa greve, com a extensão de nossa vitória (cujo fruto você colhe também), esta luta foi de um profundo ensinamento para os que dela participaram e, também, para os que não participaram do movimento. Por isto, porque com nossas ações no dia-dia escrevemos a história dos professores, temos a mais absoluta certeza que você virá se integrar à sua categoria, virá participar ativamente do Sindicato.

Com mais esta experiência, parece estar claro a necessidade e importância de atuarmos unificadamente junto à nossa entidade. Assim agindo, teremos sempre a garantia de estarmos constituindo um corpo só, muito mais forte do que cada um de nós, e até mesmo do que a soma de todos nós.

Abrace você agora, esta nova luta.

Vamos garantir, juntos, o cumprimento das nossas conquistas.

Diretora do Sindicato dos Professores.

ANO X — Nº 51 — Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais — Julho/89

EXPEDIENTE

Publicação do Departamento de Imprensa do Sindicato dos Professores de Minas Gerais. Registro: Cartório Garo Oliva, livro 81, folhas 113v. Diretor Responsável: Celina Alves Padilha Arêas. Edição e redação: Ilson Pereira Lima. Datilografia: Edna Costa Madeira. Diagramação, montagem e ilustração: Grifo. Composição: Amílcar Barca Vianna. Impressão: S/A Estado de Minas. Tiragem: 30 mil exemplares. Distribuição gratuita. Circulação dirigida.

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Sede: Belo Horizonte: Rua Tupinambás, 179, 139 e 149 andares - Caixa Postal 1.261 - Tel.: (031) 224-4911. Subsedes: Governador Valadares-MG - Rua Peçanha, 502 - Sala 3C - Centro; Poços de Caldas-MG - Rua Assis Figueiredo, 1222 - Conj. 22 - Tel.: (035) 721-6204; Ponte Nova-MG - Praça Getúlio Vargas, 88 - Sala 103; Uberlândia-MG - Rua Duque de Caxias, 450 - Sala 402 - Tel. (034) 234-3566; Muriaé-MG - Rua Pascoal Bernardino, 17 - sala G; Montes Claros-MG - Rua São Francisco, 390 - sala 402 - Tel.: (038) 221-3973; Uberaba-MG - Rua Jaime Bilharinho, 101 - Tel.: (034) 333-2897; Divinópolis-MG - Rua Minas Gerais, 655 - sala 707 - Tel.: (037) 221-8488; Ipatinga-MG - Rua João Valentin Pascoal, 159 - sala 208 - Tel. 821-4405; Barbacena-MG - Av. Bias Fortes, 694 - Sala 101.

Diretoria: Newton Pereira de Souza, Roberto Sandra Abrantes Regis, Manoel Gonçalves dos Reis, Reinaldo Melgaço Marques, Celina Aoves Padilha Arêas, Maria da Conceição Miranda, Rosilene Batista de Carvalho, Carlos Magno Machado, José Carlos Padilha Arêas, Afonso Soares de Oliveira, Francisco José Fogaça, José Carlos Cruz, Gardânia Ferreira Jorge, Raquel Ferreira dos Santos, Cláudia Mara Gonçalves, Dayse Canesso Maciel, Maria Auxiliadora de Araújo, Carlos Alexandre França, Simone Mordente de Souza, Suzana Macêdo Lamacié, Edson de Paula Lima, Ailton Duarte Lima, Renato Santos Pereira, Sylvania Souza do Nascimento, Maria Dolores Badet Saborá de Souza, Murilo Silva Cisalpino, Magda Lúcia Chamon, Eliana Jurema Capute, Geraldo Basílio Ramos, Marta Duque Carrascosa (Contagem-MG), Eduardo Paulo Vilanova (Barbacena), Haroldo Béria Campos (Itaúna), José de Carvalho (Varginha), José Marcelino de Rezende Filho (Varginha), Antônio Carlos Pinto Salgado (Pouso Alegre), Francisco Simonini da Silva (Viçosa), Joel Pinto Manoel (Muriaé), Vanise Maria Ribeiro (Diamantina), Rogério Moreira de Faria (Caratinga), Clélio de Matos Carvalho (Governador Valadares), Fernando Edson Cerqueira (Governador Valadares), Joaquim Sérgio Silva (Governador Valadares), Ramiro Canedo de Carvalho (Poços de Caldas), Antônio de Pádua Magalhães (Ipatinga), Zulmira Maria Antunes Albergaria (Alfenas), Maria das Graças de Oliveira (Itajubá), Afonso de Araújo (Uberlândia), Ruth Cabral Martins (Uberlândia), Maria Eliane Serafin de Andrade (Passos), Orlando Eduardo Pereira (Sete Lagoas), Cláudia Maria Maciel (Divinópolis), Flávio Esteves Mendes (Ponte Nova), Elizabeth do Nascimento (Ponte Nova), Sônia Maria de Carvalho (Montes Claros), Ana Lourdes Rocha Porto (Montes Claros), João Carlos de Lima (Uberaba), José Armando Borges (Uberaba).

A ORIGEM DO IMPASSE



Eleita em novembro de 88, a primeira iniciativa da atual diretoria do SINPRO-MG, juntamente com a diretoria anterior, foi convocar a categoria para a primeira assembléia da Campanha Salarial de 89, dois meses antes da nossa data-base, que é em fevereiro.

Nesta assembléia, realizada em 10/12/88, definimos a nossa pauta de reivindicações que, imediatamente, foi enviada ao Sindicato Patronal. O objetivo era o de adiantar as negociações com os donos de escolas, para que tivéssemos, já em fevereiro, um acordo estabelecido entre as partes. Entretanto, entra ano, sai ano, o comportamento dos patrões tem sido o mesmo. Encaram com todo descaso as reivindicações da categoria, sempre arrumam pretextos para não sentarem à mesa de negociações e, até o último momento, vão empurrando a situação com a barriga.

DESRESPEITO E PROVOCAÇÃO

Somente no dia 15/02 tivemos a primeira reunião com os donos de escolas. Como sempre fazem, os patrões alegaram a situação econômica do país e a adoção do fracassado Plano Verão como impedimentos para fazerem um acordo com a categoria. Argumentaram, ainda, que estavam aguardando uma posição do governo federal sobre as mensalidades escolares, que diziam estar defasadas, e que só depois disso poderiam negociar.

O mês de fevereiro transcorreu todo dessa forma, em negociações que nada avançavam. A intransigência patronal chegou a tal ponto que até mesmo questões que não implicavam em ônus para as escolas, ou que se restringiam ao cumprimento da lei, não eram aceitas. A má vontade dos patrões ficou clara, num episódio aparentemente

simples: numa das reuniões entre o SINPRO-MG e o Sindicato Patronal, um tal de Sr. Manolo, dono de escola, demonstrando todo o apreço dos patrões para com a categoria, disse o seguinte sobre as nossas reivindicações: "todo ano vocês vêm com essa XAROPADA".

Todas essas reuniões que não redundavam em nada, mais os arremessos verbais contra a categoria, nos deram o sinal de que daquela forma não conseguiríamos arrancar nenhum percentual dos patrões, muito menos fazer um acordo global. Somente a disposição de luta da categoria, tendo à frente seu sindicato, seria capaz de dobrar a intransigência dos donos de escolas, fazê-los negociar dignamente com os professores e reconhecerem o nosso trabalho.

ENSAIO

No dia 09/03, realizamos uma nova assembléia dos professores e funcionários que deu o rumo e o tom da campanha salarial de 89. Insatisfeitos com o maior arrocho imposto aos trabalhadores, agravado com o embuste do Plano Verão, e

indignados com a postura dos proprietários de escolas, de total descaso com a situação dos professores e do ensino, professores e funcionários, não vacilaram: decidiram pela participação na Greve Geral, nos dias 14 e 15/03 passados, engrossando o coro dos trabalhadores. A grande presença dos professores das escolas particulares foi decisiva nas atividades de rua, como as passeatas e arrastões, demonstrando que a categoria já se coloca num outro patamar da luta, compreendendo a relação existente entre seus problemas específicos e a situação dos trabalhadores brasileiros.

Esta mesma assembléia decidiu, também, dar um prazo aos donos de escolas, estabelecendo o dia 29/03 como data limite para um acordo quando realizamos nova assembléia com paralisação para avaliarmos os fatos. Os professores e funcionários deixaram claro, nesta assembléia, que não estavam dispostos a engolir mais este brutal arrocho, embrulhado no plano ladrão de Sarney. A disposição das duas categorias era a de partir para a greve.

FIRMEZA

No dia 27/03, se ainda estava faltando mais algum motivo para os professores e funcionários irem à greve, ele passou a deixar de existir. Marcada uma negociação com os patrões, os mesmos, através de seu representante e presidente do Sindicato Patronal, Roberto Dornas, suspenderam a reunião e retiraram todas as propostas que vinham sendo discutidas, até então.

Aí, não tinha mais jeito. Na defesa dos seus direitos, por uma questão de dignidade, professores e funcionários foram à greve.

A FORÇA DA MOBILIZAÇÃO

No dia 29/03, quando desde dezembro/88 tentávamos negociar com os donos de escolas, e a nossa data-base já tinha vencido em 1º de fevereiro, mais de 2.000 professores e funcionários que lotavam o pátio da Assembléia Legislativa, decidiram, unanimemente, pela greve geral por tempo indeterminado, inconformados com o descaso dos patrões.

A partir daí só foi mobilização. No primeiro dia de movimento em Belo Horizonte, a adesão dos professores atingiu quase 80% das escolas de 1º e 2º graus, pré-vestibulares e faculdades, paralisadas total ou parcialmente. No segundo e terceiro dias, a greve cresceu mais ainda, atingindo o pico da mobilização. Escolas e cursinhos que nunca haviam paralisados, como os casos do Sesi e de vários pré-vestibulares, entraram em greve. No interior, várias cidades engrossavam a luta, fortalecendo o movimento.

Enquanto a figura caricatural do presidente do Sindicato dos Patrões, Sr. Roberto Dornas, insistia em dizer à imprensa que não havia greve na rede particular, os jornais de Belo Horizonte registravam, muitas vezes como manchete, a paralisação dos maiores e mais tradicionais estabelecimentos de ensino e até das pequenas e médias escolas da capital.

Este grande movimento, além de contar com a mais profunda insatisfação reinante nas duas categorias, só foi possível pela determinação e coragem dos professores e funcionários, pela condução firme dos nossos Sindicatos e pelo apoio recebido de muitos pais e alunos e outras entidades.

Foram 36 dias de constante mobilização, de piquetes, passeatas, vigílias, aulas públicas, encontro de área, concentrações e reuniões. Nessa tempo, foram realizadas 2 assembléias, sempre participativas.

É claro que, como todo movimento, a nossa greve teve a sua fase de grande mobilização, para depois refluir. Mais do que as outras greves, a repressão e as ameaças correram soltas nas escolas e fora delas. Chegou-se ao absurdo de se ameaçar professores em suas casas, através de telefonemas.

Mesmo com todos os problemas, a mobilização foi garantida até o último dia de greve, contando para isso com a combatividade de um número razoável de professores que, em nenhum momento, deixaram a peteca cair.

Com a capacidade de mobilização demonstrada nesta greve, os professores, principalmente, acumularam importantes experiências para as futuras lutas que certamente virão.

A FORÇA DA GREVE

Depois de todas as tentativas do SINPRO em buscar a negociação com o Sindicato Patronal, durante quase três meses, não houve alternativa para os professores senão utilizar, mais uma vez, o recurso da greve. Como tem acontecido todos os anos, a categoria reiniciou as aulas, em 89, debaixo de um arrocho salarial considerável, agravado com a edição do fracassado Plano Verão do desgoverno Sarney. Para recuperarmos as perdas salariais no período, teríamos de ter um reajuste de, no mínimo, 77% a partir de fevereiro.

Afora a reivindicação do índice, os professores tinham outras reivindicações econômicas (como o adicional extraclasse) e sociais de importância. Antes de se iniciar a greve, os patrões fizeram ouvidos moucos, ou, se

falavam alguma coisa através da imprensa era pra dizer que não podiam oferecer nada além daquilo que estava previsto em lei. No fundo, apostavam no fracasso da greve desde o início.

Os professores sabiam, de antemão, que o embate ia ser duro. Não só pela negligência dos donos de escolas com a questão educacional, na qual se incluem a remuneração salarial e condições dignas de trabalho, mas também porque já projetavam uma greve de longa duração, com as devidas repressões e ameaças. E não deu outra coisa. A repressão baixou em todas as escolas, praticamente, e até nas casas dos professores. Nunca houve tanta violência e ameaças como neste movimento.

Todo esse arbítrio foi propor-

cional à força da paralisação. A greve começou forte, ampliou-se nos dias seguintes, inclusive para o interior. Escolas e pré-vestibulares que nunca haviam paralisados, participaram da greve. Professores do pré-escolar e primário cresceram na presença e na combatividade com esta luta.

Só com este poder de fogo, a greve poderia ter se sustentado por tanto tempo. Ao final dos 36 dias de greve, acionada a justiça, os professores decidiram voltar às aulas, para não inviabilizar o ano letivo, na certeza de que a batalha não estava perdida e que no julgamento do dissídio coletivo iriam prevalecer a situação de total arrocho da categoria e a força do movimento, que poderia ser acionada novamente. A greve foi vitoriosa.

O Interior também parou

A greve não ficou restrita à capital, atingiu várias cidades do interior, que foram aderindo ao movimento pouco a pouco. As assembléias foram constantes e participativas, mobilizando parcela considerável da categoria. Em alguns lugares, como Uberaba, o processo radicalizou-se, onde, até o fechamento desta edição, os professores ainda se encontravam em greve.

No total, 17 cidades paralisaram suas atividades, parcial ou totalmente. Diamantina, Betim, Congonhas, Ponte Nova, Uberaba, Montes Claros, Itabira, Itaúna, Pedro Leopoldo, Viçosa, Juiz de Fora, Passos, Divinópolis, Caratinga, Ipatinga, Coronel Fabriciano e Timó-

teo, deram a amplitude necessária ao movimento.

A exceção de Juiz de Fora, em todas estas cidades o movimento ficou sob a direção das subseções do Sinpro-MG, através dos diretores locais.

Contrariando o que disse o Sr. Roberto Dornas, presidente do Sindicato Patronal, a greve não só existiu como extrapolou todas as expectativas. Mais do que das outras vezes, a greve cresceu no interior, ampliou-se, e contribuiu em muito para a vitória da categoria.

Daqui pra frente, após este movimento e esta vitória, os professores do interior têm condições de avançar ainda mais em sua organização, junto com toda categoria.

A INTRANSIGÊNCIA PATRONAL...

...a repetição de um velho filme de péssima qualidade!

Se rodássemos os "filmes" das campanhas salariais anteriores, notadamente de 85 pra cá quando a categoria começou a radicalizar em suas lutas, e comparássemos com a campanha deste ano, a constatação é uma só: o comportamento dos patrões é o mesmíssimo, ou seja, de total intransigência com as reivindicações dos professores e funcionários, além do descaso.

A postura autoritária e os arremessos verbais dos donos de escolas contra a categoria também se repetiram em larga escala, antes e durante o movimento deste ano, através dos representantes do Sindicato Patronal - SINEPE-MG -.

DESRESPEITO

Na primeira oportunidade em que o SINPRO-MG e o SINEPE-MG se encontraram, antes da greve, para uma rodada de negociação, os patrões utilizaram os velhos e surrados argumentos para negarem as reivindicações dos professores. "Só negociaremos após definição do governo sobre a política econômica", "as mensalidades das escolas estão defasadas, se fizermos qualquer concessão além do que está previsto em lei, teremos de fechá-las", e por aí foi, na tecla inútil de nos querer enrolar passando o tempo.

Todas as tentativas, por parte do SINPRO, no sentido de buscar um acordo antes da deflagração da greve foram inúteis. Não houve, por parte dos proprietários de escolas, nenhuma vontade política de se evitá-la.



Pressão na porta do Sinepe...

Contavam com a incapacidade da categoria em se mobilizar para a greve. Mesmo após a eclosão do movimento, o desrespeito continuou.

Preferindo ignorar as reivindicações da categoria e a própria greve, o Sindicato Patronal fazia das poucas reuniões havidas para negociação, um cenário perfeito para as encenações teatrais de seu presidente, Roberto Dornas, que, com seu tom autoritário e ar professoral à antiga, sempre dizia, "quem entra numa greve deve saber que ela tem bônus e ônus, o lado bom e o lado mau, e ter a responsabilidade de arcar também com o lado mau". Negociação mesmo, nada. Percebendo que a greve era pra valer, os patrões resolveram montar uma outra estratégia.

VIOLÊNCIA

Com objetivo de desmontar a greve, os patrões, orientados pelo SINEPE, desencadearam a maior violência já registrada em

nosso movimento. As escolas articularam uma repressão em cadeia, com ameaças, intimidações e demissões. Os métodos utilizados na repressão variavam, indo desde corte de pagamento, telefonemas para as casas dos professores, contratação de substitutos, anúncios nos jornais e as ameaças de demissões, ou a própria demissão, como nos casos do Sesi, do Instituto Ternely e o afastamento dos professores no Promove.

Enquanto as escolas reprimiam de um lado, o SINEPE publicava matérias pagas nos jornais, confundindo a opinião pú-

blica com informações mentirosas e dados errados, dizendo, por exemplo, que tivemos um índice de reajuste superior ao das mensalidades, ou que a greve era um fracasso. Vendo que a tática utilizada não estava dando certo, pois esbarrava na firmeza dos professores, os patrões intensificaram a repressão.

SUBSTITUTOS E DEMISSÕES

A direção do Sesi foi a primeira a mostrar a sua face autoritária. Com poucos dias de greve, já estava contratando substitutos e demitindo 18 professores, inclusive uma diretora do Sindicato, Maria Auxiliadora. Esta foi a primeira greve do Sesi, onde pôde-se ver a face repressora da instituição.

O Instituto Ternely também demitiu 4 professores, enquanto que o Promove afastou nove das salas de aulas.

Além disso, várias escolas lançaram mão de um expediente ilegal, intimidador e fascista: a contratação de substitutos para os professores em greve, muitos sem condições de efetivamente darem aulas. Se esta prática dos patrões deve ser repudiada por nós, por outro lado não podemos deixar de lamentar esta postura de pessoas da categoria que se prestam a este triste papel, ao substituírem seus colegas que lutam pelos direitos de todos.

Entretanto, também nesta batalha a categoria foi vitoriosa ao tornar sem efeito todas as demissões e afastamentos praticados desde o início de nossa data-base, primeiro de fevereiro.



... e enterro das propostas mal-cheirosas

OS SALDOS DA GREVE

Podemos dizer, sem medo, que esta foi uma greve vitoriosa em todos os sentidos. Do ponto de vista econômico, obtivemos um reajuste de 72,53% mais 4% de aumento real, que dão 79,43% (pra quem tem data-base em fevereiro), e de 84,06% mais 4% de aumento real, que somam 91,42% (pra quem tem data-base em março). Ou seja, um reajuste dentro do que pretendíamos para o momento, mesmo sabendo que, numa economia como a de nosso país, não há reajustes que suportam a inflação que corrói os nossos salários.

Afora isso, tivemos uma conquista histórica para a categoria, o adicional por atividade extraclasses de 20%, corrigindo uma injustiça antiga com os professores. Além de outros direitos obtidos, mantivemos, também, todas as conquistas anteriores.

ORGANIZAÇÃO

É importantíssimo ressaltar para toda a categoria que, junto com estas conquistas econômicas, os professores tiveram ganhos organizativos e políticos que fatalmente irão exercer influência em todos nós daqui pra frente. Esta greve, pela sua pró-

pria extensão, colocou em evidência os nossos pontos fracos na parte organizativa. Manter um contato mais direto com a categoria, através da comunicação, eleger e colocar em ação os representantes por escolas, é uma necessidade imediata para o sindicato.

CONSCIÊNCIA

Do ponto de vista político, a experiência foi rica para os professores. Depois desta luta, no contexto e na forma em que ela transcorreu, é claro que a categoria já não é a mesma de antes. O choque com os patrões foi radicalizado. O debate sobre a situação da categoria, suas condições de trabalho, afloraram a toda hora. Ao mesmo tempo se evoluiu para a discussão sobre a situação da escola particular versus escola pública; sobre os lucros dos donos de escolas, se estendendo este debate para a opinião pública.

Ficou mais claro para os professores a verdadeira face dos patrões, a forma como tentam manipular a opinião pública, utilizando a educação como

escudo para seus objetivos empresariais. Como não conseguiram vencer a categoria pelo cansaço, apelaram para o mais vil expediente: a violência. Ainda assim, não conseguiram.

ESPÍRITO DE CATEGORIA

Concretamente, a consciência de classe dos professores subiu mais alguns níveis, prevaleceu o espírito de categoria. Nesse ponto, mais uma vez ficou demonstrado que os acordos em separado só servem aos patrões. Aqueles que insistem nesta prática estão jogando contra os interesses gerais da categoria. Nenhuma escola, isoladamente, conquistaria o que conjuntamente conseguimos.

É fundamental que a categoria assimile toda esta experiência, que não se restrinja na análise superficial destes fatos. Enfim, que vá fundo na discussão, no debate, absorvendo para si, toda riqueza que esta experiência lhe trouxe, para que possa avançar nos seus objetivos imediatos e transformadores da realidade em que vivemos.

A HORA É AGORA



Neste momento, faltando mais de quatro meses e meio para as eleições presidenciais, todas as pesquisas dão amplo favoritismo ao candidato Fernando Collor (mais de 40%), enquanto os outros candidatos estão bem atrás. Com estes índices, o próprio Collor já se auto-proclamou, pretensiosamente, como o futuro presidente da República, em 26/04, em entrevista à imprensa.

Se não podemos superestimar as pesquisas, não podemos também desconsiderá-las, jogá-las pro alto. Por outro lado, não adianta sapatear e dizer, simplesmente, que Collor é apenas um produto da mídia. Os meios de comunicação, por si só, não são capazes de eleger ninguém, principalmente se o "produto" não agrada ao consumidor/eleitor. Isto não quer dizer, entretanto, que parcela poderosa dos veículos de informações não esteja "dando força" ao ex-governador das Alagoas.

Do ponto de vista das forças populares e democráticas do país, que estão lutando pela candidatura de Lula, através da Frente Brasil Popular, é importante entendermos este fenômeno em toda sua dimensão política, e não fragmentadamente como vem sendo feito, não só pelos setores interessados em sua vitória, como também até mesmo por setores ligados ao movimento popular.

Depois de várias frustrações, uma atrás da outra, o povo brasileiro esgotou a sua carga de confiança na política tradicional e nos métodos que ela vêm reproduzindo em todos esses anos. Ao mesmo tempo, o povo esgotou a sua carga de paciência com a corrupção, com a impunidade, com as falcaturas que vêm sendo noticiadas todos os dias, sem que um culpado seja processado ou levado pra cadeia. Aliás, os maus-exemplos têm vindo de quem tem que dar exemplo.

Collor, percebendo todo este sentimento de indignação no povo, plantou a sua candidatura, desde que assumiu o governo de Alagoas, em cima da falsa luta contra os marajás e contra a corrupção em geral. Coisas simples, mas que encon-

traram ressonância direta no meio da população. Por sua vez, os políticos das esquerdas, eleitos em novembro para as prefeituras, ainda não conseguiram responder às expectativas do eleitorado, deixando escapar, inclusive, a oportunidade de pôr em prática, logo que assumiram, uma política contra os desmandos nas administrações.

Se aproveitando da desinformação da maioria do povo brasileiro, Collor construiu junto à sociedade, a imagem justamente de sua antítese. Diz que é antipolítico, mas, historicamente, nasceu e se formou neste meio, sendo deputado e prefeito biônico pelo PDS. Beneficiou-se da Ditadura Militar, formando a maior rede de comunicação de Alagoas. Recentemente, ainda como governador, aprovou licitações sem concorrência, beneficiando firmas e pessoas que estão na assessoria de sua campanha; fez acordo com os usineiros do açúcar, favorecendo-os com o dinheiro público (o vice-governador empossado está tentando anular o acordo na justiça).

Estas denúncias ainda não surtiram o efeito que deviam. A direita, que até há pouco não tinha uma candidatura definida, começa a se deslocar com desvoltura para Collor, apesar das

negativas do mesmo, que passa a imagem de que não tem apoio e nem faz acordo com ninguém.

Nesta confusão, que papel cabe às esquerdas e às forças democráticas?

Nesta altura do campeonato, só o movimento popular como um todo tem condições de desbaratar o candidato de plástico

Fernando Collor, ampliando a candidatura de Lula para os mais diferentes setores da população, levando as propostas da Frente Brasil Popular. É necessário o debate amplo do programa básico da Frente, principalmente entre os professores, cuja atividade tem um caráter formador e reproduzidor de idéias, o que coloca para nós uma responsabilidade maior com esta candidatura, a única capaz de levar a efeito as mudanças sentidas e reivindicadas pelo povo brasileiro.

É fundamental que se crie nas escolas os comitês de apoio à Frente Brasil Popular, impulsionando esta campanha, que ao contrário das outras, não contará com o poder econômico e os meios de comunicação, que já estão engajados, grande parte, na candidatura de Collor — o novo bibelô da direita.

Só a Frente Brasil Popular, reúne as condições necessárias, com consistência ideológica e militância, além de respaldo no meio dos trabalhadores, para

enfrentar todo o aparato das classes dominantes. A candidatura de Lula tem de deixar de ser apenas a frente partidária que se constituiu em torno dela e passar a ser a frente popular, constituída por todos os segmentos do povo, que efetivamente sustentará a campanha.

Uma coisa é certa: a vitória desta candidatura será viabilizada com o empenho e dedicação dos que ousam construir uma sociedade nova no Brasil.

A luta política e a participação constituem ação educativa. Os professores devem estar na frente!

Newton Pereira de Souza
Presidente do Sinpro-MG

PRINCIPAIS PONTOS DO PROGRAMA DA FRENTE BRASIL POPULAR



- 1 — Democratização do Estado e da sociedade;
- 2 — Distribuição da renda e elevação dos salários;
- 3 — Suspensão do pagamento da dívida externa;
- 4 — Reforma agrária e novo modelo agrícola;
- 5 — Desprivatização do Estado e moralização da administração pública;
- 6 — Combate à especulação financeira;
- 7 — Limites para ação do capital estrangeiro;
- 8 — Subordinação do poder militar ao poder civil;
- 9 — Defesa da vida e da Amazônia;
- 10 — Formulação de uma nova política energética, voltada para os interesses nacionais;
- 11 — Reforma urbana e política habitacional;
- 12 — Política externa de defesa da soberania nacional;
- 13 — Na defesa dos direitos e conquistas dos trabalhadores.

A implantação destas propostas só é possível por um governo de esquerda, com respaldo no movimento popular e democrático.

Está na hora de você requerer sua bolsa para o 2º semestre.

A distribuição de benefícios, que envolve um número muito grande de diretores e funcionários, é uma tarefa bastante trabalhosa para o sindicato. Apesar de trabalhosa, esta é uma tarefa que pode ser desempenhada com certa tranquilidade — principalmente se todos colaborarem.

Em primeiro lugar, é preciso esclarecer que as bolsas distribuídas pelo SINPRO não são uma contribuição financeira do Sindicato aos professores associados, mas uma isenção de pagamento conquistada pelos próprios professores há muito tempo, e anualmente reafirmada por nossas Campanhas Salariais. Uma fonte constante de problemas, que sempre atrapalha a distribuição, é a não observância das datas corretas em que os professores devem comparecer ao Sindicato para requisitarem os benefícios a que têm direito. Um terceiro ponto que gera muitas

CALENDÁRIO DE DISTRIBUIÇÃO DE BOLSA DE ESTUDOS PARA O 2º SEMESTRE DE 1989

CURSOS: Superior, posterior e cursos livres (Ginástica, Línguas computação, etc...)

confusões é a constante reclamação a respeito dos critérios de distribuição de bolsas, pois muitos professores se esquecem de que tais critérios são estabelecidos pela própria categoria, em Assembléia Geral. Portanto, é muito importante observar cuidadosamente os requisitos, os prazos e os documentos necessários para que o professor esteja apto a requerer as bolsas. Vamos todos colaborar para o bom andamento do trabalho de distribuição das bolsas! Para isso, basta ficar atento para as informações que se seguem:

Por que nova distribuição para o 2º semestre?

É bom saber que, apesar de ter havido a distribuição dos benefícios no primeiro semestre, eles não se esgotaram. Soma-se a isso o fato de muitos cursos terem duração de apenas seis meses, se encerrando em julho, o que resulta em novas bolsas para serem distribuídas.

CALENDÁRIO DE BOLSAS PARA AS ESCOLAS DA CAPITAL.

(AS ESCOLAS DO INTERIOR QUE NÃO SÃO ABRANGIDAS PELOS ESCRITÓRIOS REGIONAIS DO SINPRO SERÃO ATENDIDAS TAMBÉM DENTRO DESTA CALENDÁRIO).

(vide relação)

1ª CHAMADA:

Só poderão requerer benefícios nesta chamada aqueles professores que não possuem, até o momento, nenhuma bolsa de estudos expedida pelo SINPRO, quer seja no próprio estabelecimento onde lecionam, quer seja em qualquer outro estabelecimento.

| DIA 07/08 Segunda-feira | | DIA 08/08 Terça-feira | | DIA 09/08 Quarta-feira | | DIA 10/08 Quinta-feira | | DIA 11/08 Sexta-feira | |
|----------------------------|---------|--------------------------|---------|---------------------------|---------|---------------------------|---------|--------------------------|---------|
| Nº matrícula | Horário | Nº matrícula | Horário | Nº matrícula | Horário | Nº matrícula | Horário | Nº matrícula | Horário |
| 0001 a 1000 | 08:00h | 8001 a 9000 | 08:00h | 16001 a 16500 | 08:00h | 20001 a 20500 | 08:00h | 24001 a 24500 | 08:00h |
| 1001 a 2000 | 09:00h | 9001 a 10000 | 09:00h | 16501 a 17000 | 09:00h | 20501 a 21000 | 09:00h | 24501 a 25000 | 09:00h |
| 2001 a 3000 | 10:00h | 10001 a 11000 | 10:00h | 17001 a 17500 | 10:00h | 21001 a 21500 | 10:00h | 25001 a 25500 | 10:00h |
| 3001 a 4000 | 11:00h | 11001 a 12000 | 11:00h | 17501 a 18000 | 11:00h | 21501 a 22000 | 11:00h | 25501 a 26000 | 11:00h |
| 4001 a 5000 | 14:00h | 12001 a 13000 | 14:00h | 18001 a 18500 | 14:00h | 22001 a 22500 | 14:00h | 26001 a 26500 | 14:00h |
| 5001 a 6000 | 15:00h | 13001 a 14000 | 15:00h | 18501 a 19000 | 15:00h | 22501 a 23000 | 15:00h | 26501 a 27022 | 15:00h |
| 6001 a 7000 | 16:00h | 14001 a 15000 | 16:00h | 19001 a 19500 | 16:00h | 23001 a 23500 | 16:00h | | |
| 7001 a 8000 | 17:00h | 15001 a 16000 | 17:00h | 19501 a 20000 | 17:00h | 23501 a 24000 | 17:00h | | |

2ª CHAMADA:

Nesta chamada só poderão requerer benefícios aqueles professores que possuem até uma bolsa de estudo expedida pelo SINPRO, quer seja no próprio estabelecimento onde lecionam, quer seja em qualquer outro estabelecimento.

| DIA 16/08 Quarta-feira | | DIA 17/08 Quinta-feira | | DIA 18/08 Sexta-feira | | DIA 21/08 Segunda-feira | | DIA 22/08 Terça-feira | | DIA 23/08 Quarta-feira | |
|---------------------------|---------|---------------------------|---------|--------------------------|---------|----------------------------|---------|--------------------------|---------|---------------------------|---------|
| Nº matrícula | Horário | Nº matrícula | Horário | Nº matrícula | Horário | Nº matrícula | Horário | Nº matrícula | Horário | Nº matrícula | Horário |
| 0001 a 1000 | 08:00h | 8001 a 9000 | 08:00h | 16001 a 16500 | 08:00h | 20001 a 20500 | 08:00h | 24001 a 24250 | 08:00h | 26001 a 26250 | 08:00h |
| 1001 a 2000 | 09:00h | 9001 a 10000 | 09:00h | 16501 a 17000 | 09:00h | 20501 a 21000 | 09:00h | 24251 a 24500 | 09:00h | 26251 a 26500 | 09:00h |
| 2001 a 3000 | 10:00h | 10001 a 11000 | 10:00h | 17001 a 17500 | 10:00h | 21001 a 21500 | 10:00h | 24501 a 24750 | 10:00h | 26501 a 26750 | 10:00h |
| 3001 a 4000 | 11:00h | 11001 a 12000 | 11:00h | 17501 a 18000 | 11:00h | 21501 a 22000 | 11:00h | 24751 a 25000 | 11:00h | 26751 a 27022 | 11:00h |
| 4001 a 5000 | 14:00h | 12001 a 13000 | 14:00h | 18001 a 18500 | 14:00h | 22001 a 22500 | 14:00h | 25001 a 25250 | 14:00h | | |
| 5001 a 6000 | 15:00h | 13001 a 14000 | 15:00h | 18501 a 19000 | 15:00h | 22501 a 23000 | 15:00h | 25251 a 25500 | 15:00h | | |
| 6001 a 7000 | 16:00h | 14001 a 15000 | 16:00h | 19001 a 19500 | 16:00h | 23001 a 23500 | 16:00h | 25501 a 25750 | 16:00h | | |
| 7001 a 8000 | 17:00h | 15001 a 16000 | 17:00h | 19501 a 20000 | 17:00h | 23501 a 24000 | 17:00h | 25751 a 26000 | 17:00h | | |

3ª CHAMADA:

Na 3ª chamada, todos os professores poderão requerer benefícios, mesmo aqueles que possuem mais de duas bolsas de estudos do SINPRO. Nesta ocasião poderão requerer um ou mais benefícios.

| DIA 24/08 Quinta-feira | | DIA 25/08 Sexta-feira | | DIA 28/08 Segunda-feira | | DIA 29/08 Terça-feira | |
|---------------------------|---------|--------------------------|---------|----------------------------|---------|--------------------------|---------|
| Nº matrícula | Horário | Nº matrícula | Horário | Nº matrícula | Horário | Nº matrícula | Horário |
| 0001 a 1000 | 08:00h | 8001 a 9000 | 08:00h | 16000 a 17000 | 08:00h | 24001 a 24500 | 08:00h |
| 1001 a 2000 | 09:00h | 9001 a 10000 | 09:00h | 17001 a 18000 | 09:00h | 24501 a 25000 | 09:00h |
| 2001 a 3000 | 10:00h | 10001 a 11000 | 10:00h | 18001 a 19000 | 10:00h | 25001 a 25500 | 10:00h |
| 3001 a 4000 | 11:00h | 11001 a 12000 | 11:00h | 19001 a 20000 | 11:00h | 25501 a 26000 | 11:00h |
| 4001 a 5000 | 14:00h | 12001 a 13000 | 14:00h | 20001 a 21000 | 14:00h | 26001 a 26500 | 14:00h |
| 5001 a 6000 | 15:00h | 13001 a 14000 | 15:00h | 21001 a 22000 | 15:00h | 26501 a 27022 | 15:00h |
| 6001 a 7000 | 16:00h | 14001 a 15000 | 16:00h | 22001 a 23000 | 16:00h | | |
| 7001 a 8000 | 17:00h | 15001 a 16000 | 17:00h | 23001 a 24000 | 17:00h | | |

Para os professores que irão requerer bolsas nos estabelecimentos em que não lecionam ou para o próprio estabelecimento onde lecionam.

CONDIÇÕES E DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

Para requerer bolsas, o professor precisa:

- estar em efetivo exercício do magistério na rede particular; ser sindicalizado há mais de seis meses (antes da data em que deve requerer a bolsa), exceto na hipótese prevista no item 8;
- apresentar a sua carteira profissional atualizada — Contribuição sindical 89 descontada — e sua carteira de associado do SINPRO;
- apresentar recibo de quitação com o Sindicato até junho deste ano;
- no caso de requerer bolsa para o cônjuge ou filhos, o professor deve apresentar respectivamente, a certidão de casamento e de nascimento;
- os professores que não puderem comparecer à sede do SINPRO para requerer a sua bolsa, podem fazê-lo através de um portador ou de pedido por carta, principalmente se residir em alguma cidade do interior que não é atendida pelos escritórios regionais do Sindicato;
- uma vez de posse do requerimento da bolsa de estudo, o professor deverá entregá-la no respectivo estabelecimento de ensino, no máximo até o dia 30 de agosto, conforme foi estabelecido em nosso dissídio;
- os professores que ainda não completaram seis meses de sindicalização também podem receber algum benefício, desde que exista um excedente de bolsas de estudo no final do período de distribuição. Para se certificar dessa possibilidade, o professor deve comparecer à sede do SINPRO, munido da documentação necessária, no dia 29/08, das 16:00 às 17:00 horas e no dia 30/08 das 08:00 às 11:00 horas. O professor pode requerer os benefícios tanto para a escola em que leciona quanto para qualquer outro estabelecimento de ensino desde que eles se enquadrem nos cursos citados anteriormente.

CALENDÁRIO PARA AS ESCOLAS DO INTERIOR ATENDIDAS PELOS ESCRITÓRIOS REGIONAIS DO SINPRO-MG (VIDE RELAÇÃO ABAIXO). Para os professores que irão requerer bolsas nos estabelecimentos em que não lecionam ou para o próprio estabelecimento onde lecionam.

1ª CHAMADA: Só poderão requerer benefícios nesta chamada aqueles professores que não possuem, até o momento, nenhuma bolsa de estudos expedida pelo SINPRO, quer seja no próprio estabelecimento onde lecionam, quer seja em qualquer outro estabelecimento.

2ª CHAMADA: Nesta chamada só poderão requerer benefícios aqueles professores que possuem até uma bolsa de estudo expedida pelo SINPRO, quer seja no próprio estabelecimento onde lecionam, quer seja em qualquer outro estabelecimento.

3ª CHAMADA: Na 3ª chamada todos os professores poderão requerer benefícios, mesmo aqueles que possuem mais de duas bolsas de estudos do SINPRO. Nesta ocasião poderão requerer um ou mais benefícios.

| DIA | Nº MATRÍCULA | DIA | Nº MATRÍCULA | DIA | Nº MATRÍCULA |
|------------------------|-----------------|------------------------|-----------------|------------------------|-----------------|
| 07/08 segunda-feira | 001 a 10.000 | 16/08 quarta-feira | 001 a 10.000 | 23/08 quarta-feira | 001 a 10.000 |
| 08/08 terça-feira | 10.001 a 16.000 | 17/08 quinta-feira | 10.001 a 16.000 | 24/08 quinta-feira | 10.001 a 16.000 |
| 09/08 quarta-feira | 16.001 a 20.000 | 18/08 sexta-feira | 16.001 a 20.000 | 25/08 sexta-feira | 16.001 a 20.000 |
| 10/08 quinta-feira | 20.001 a 23.000 | 21/08 segunda-feira | 20.001 a 23.000 | 28/08 segunda-feira | 20.001 a 23.000 |
| 11/08 sexta-feira | 23.001 a 27.022 | 22/08 terça-feira | 23.001 a 27.022 | 29/08 terça-feira | 23.001 a 27.022 |

CIDADES DO INTERIOR ATENDIDAS POR ESCRITÓRIOS SINPRO

1 — POÇOS DE CALDAS: R. Assis-Figueiredo, 1222-Conj. 22 - Fone: (035) 721-6204. Alfenas, Andradas, Bandeira do Sul, Borda da Mata, Campestre, Machado, Paraguaçu, Pouso Alegre, Três Corações, Varginha. 2 — MURIAÉ: R. Pascoal Bernardino, 17-S/G. Miradouro, Carangola, Além Paraíba, Leopoldina, Cataguases, S. Francisco do Glória, Divino, Eugenópolis, Patrocínio do Muriaé, Laranjal. 3 — UBERABA: R. Jaime Bicalharino, 101 - Fone: (034) 333-2897. Araxá, Frutal. 4 — PONTE NOVA: Pça. Getúlio Vargas, 88/103. Viçosa Jequiri, Barra Longa, Raul Soares. 5 — MONTES CLAROS: R. São Francisco, 390/402 - Fone: (038) 221-3973. Bocaliava Pirapora, Januária. 6 — UBERLÂNDIA: R. Duque de Caxias, 450/408 - Fone: (034) 234-3566. Araguari. 7 — GOV. VALADARES: R. Peçanha 502/3C - Fone: (0322) 21-6458 - Teófilo Otoni. 8 — IPATINGA: Av. João V. Pascoal, 159/208 - Fone: 821-4405. Cel. Fabriciano, Acesita, Timóteo, Caratinga, Inhapim. 9 — DIVINÓPOLIS: R. Minas Gerais, 655/707 - Fone: (037) 221-8488. Araújos Arcos, Bambuí, Carmo da Mata, Carmo do Cajuru, Perdígão, São Gonçalo do Pará, São Sebastião do Oeste, Cláudio, Formiga, Iguatama Itaguara, Itapeçerica, Santo Antônio do Monte, Itaúna, Lagoa da Prata, Nova Serrana, Oliveira, Pará de Minas. 10 — BARBACENA Av. Bias Fortes, 694/101. São João Del Rei, Dorel do Campo, Tiradentes, Ressaquinha, Carandá, Santos Dumont, Antônio Carlos, Ibertoga, Santa Bárbara do Tugúrio, Paiva, Piedade do Rio Grande.

OBS.: QUAISQUER DÚVIDAS, ENTRAR EM CONTATO COM O DEPARTAMENTO ASSISTENCIAL DO SINPRO. Fone: 224-4911.

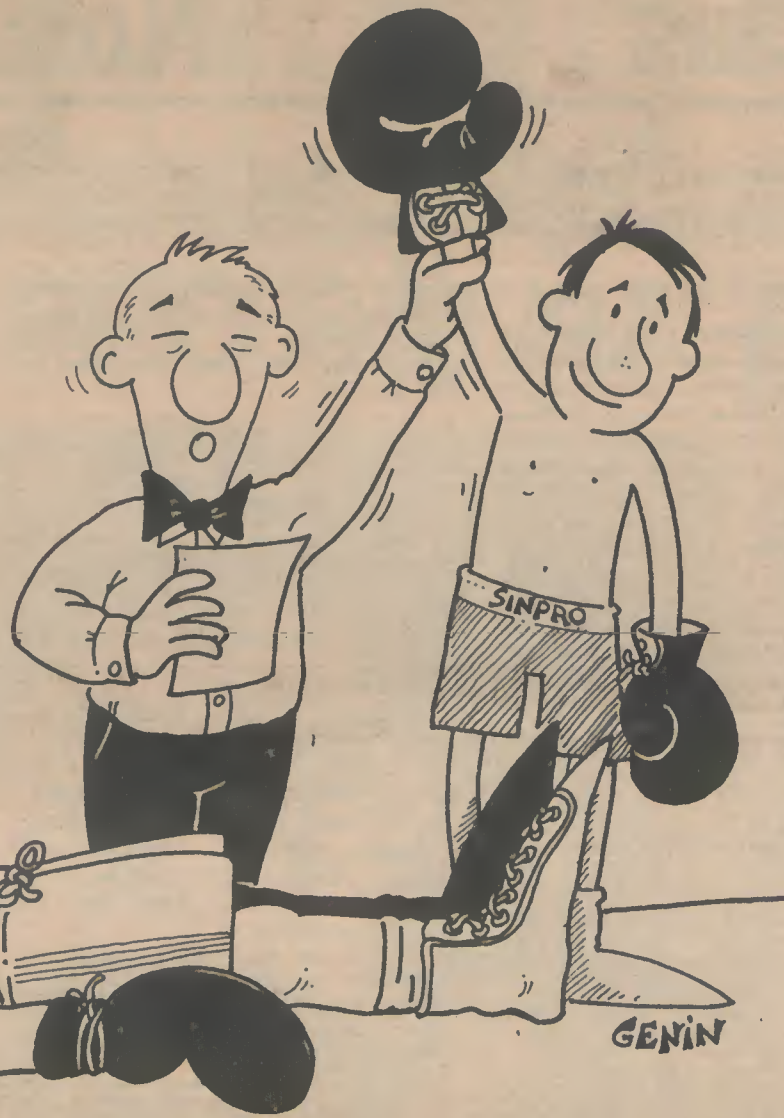
EXTRA-CLASSE

A VITÓRIA DA NOSSA LUTA

O dia 02 de junho de 89, já está marcado na história dos professores de Minas Gerais. Coroando a nossa luta contra o arrocho salarial e por melhores condições de trabalho, após 36 dias de greve, onde não faltaram as ameaças e repressão dos patrões, o T.R.T. decidiu favoravelmente às reivindicações dos professores, num desfecho inédito para toda a categoria.

Sem exageros, a sentença favorável da Justiça é consequência direta do nosso movimento, da combatividade do SINPRO-MG e de todos os professores que não arredaram o pé da luta, enquanto ela durou. Na maior greve já realizada pela categoria, os professores colocaram para toda a sociedade a situação da escola, a deterioração do ensino e o arrocho salarial em que estão inseridos professores e funcionários.

Foi a insatisfação geral da categoria, aliada à condução firme da diretoria do SINPRO, que possibilitou algumas conquistas importantes e a manutenção de todos os direitos anteriores.



Nas substituições dos grevistas, uma traição à categoria

Teve muita repercussão e polêmica o fato de pessoas terem se apresentado em escolas para substituir professores que se encontravam em greve, lutando por nossas sentidas reivindicações.

A Diretoria do SINPRO-MG repudia completamente esta atitude, por considerá-la indigna e pelo fato de que, assim agindo, a pessoa torna-se uma forte aliada do patrão, na tarefa de enfraquecer e desmobilizar o nosso movimento.

Devemos também situar este fato em contexto mais geral: a nossa organização, embora com avanços recentes, ainda é incipiente. Este é um assunto para o próximo congresso da categoria, onde deveremos discutir e estabelecer critérios relativos à democracia interna dos professores, ingresso e permanência no quadro de associados da entidade.

Será professor, por exemplo, para efeito de se associar ao Sindicato da categoria (que é classista), os que se tornam donos de escolas? E os prepostos dos donos? E os que se prestam a substituir professores em greve? Devemos abrir esta discussão o mais amplamente possível, debater em assembleias, a fim de termos uma posição justa e clara sobre o assunto.

Quanto aos substitutos, achamos que, primeiramente, devem refletir seriamente sobre o que fizerem e a quem favorecerem com esta atitude.

CONFIRA AS DECISÕES DO T.R.T.

1- Estabilidade no emprego até 31.01.90. Nenhum professor poderá ser despedido injustamente até esta data, a não ser que a escola o indenize pelo período correspondente;

OBS.: Ficam sem efeito, portanto, as dispensas ocorridas desde primeiro de fevereiro até a presente data;

2- Homologações: as escolas passam a ser obrigadas a fazer, no Sindicato, as homologações de todas as rescisões de contratos, a partir de 3 meses de trabalho;

3- Adicionais por atividade extra-classe: o atendimento desta reivindicação corrige uma antiga injustiça com o professor da rede particular, que tinha, até o momento, uma parte do seu trabalho não remunerada. A partir de 01/02/89, os professores passam a receber um adicional de 20% sobre sua remuneração para pagamento das atividades que os mesmos exercem fora de sala, tais como: Correção de trabalho, provás, planejamentos, etc.

4- CRECHE: Os professores têm o direito à creche mantida ou paga pela escola, ou a restituição do valor pago, por seus filhos com idade até 6 anos;

5- SEGURO DE VOZ: Nas escolas onde houve turmas com mais de 100 alunos, e se não houver recursos de ampliação de voz, as escolas são obrigadas a pagar um seguro de vida para o professor;

6- ESTABILIDADE: Para os representantes eleitos pelos professores em escolas com mais de 200 empregados;

7- QUADRO DE AVISO: As escolas são obrigadas a manter um quadro de aviso onde o sindicato irá afixar os seus boletins, cartazes e demais publicações;

8- PAGAMENTO DOS DIAS PARALISADOS: As escolas estão obrigadas a pagar os dias paralisados, condicionados à reposição das aulas fora da jornada de trabalho normal ou dos dias letivos previstos inicialmente;

9- ESTABILIDADE PARA A PROFESSORA GESTANTE: A professora passa a ter estabilidade a partir da concepção até 150 dias após a licença previdenciária (120 dias);

10- TAXA ASSISTENCIAL (para fortalecimento do sindicato): Foi aprovado o desconto de 3% sobre o salário de junho e de setembro/89, de cada professor, em favor do SINPRO-MG. Tal desconto, pela nova constituição é prerrogativa da assembleia da categoria, que o aprovou por ocasião da elaboração da pauta de reivindicações. Formalizamos o desconto na justiça para que os donos de escolas, orientados pelo Sindicato Patronal, não tentem descumprir esta medida, fundamental para a sobrevivência da nossa entidade. Neste ano, estava nítida a intenção dos donos de escolas de inviabilizar financeiramente o SINPRO-MG.

11- Os demais direitos e conquistas, como bolsas de estudo, pisos salariais, adicionais por aluno em classe, recesso e etc, foram mantidos conforme em 1988;

12- REAJUSTE SALARIAL: Foi determinado o reajuste retroativo às datas-base, ou seja, 1º de fevereiro e 1º de março/89, correspondente às diferenças entre o IPC (inflação) acumulado durante os 12 meses compreendidos entre a data-base anterior e a nova, descontados a acumulação das URPs e antecipações salariais pagas no mesmo período. Além disso, foi estabelecido um aumento real de 4%.

DATA-BASE EM FEVEREIRO (exemplo para professores do pré-escolar, 1º, 2º e 3º graus e posteriores).

IPC (fevereiro/88 e janeiro/89) = 1.410,642%
menos URPs e antecipação de jan/89 = 775,60408%
RESÍDUO = 72,53%
+ AUMENTO REAL (4%) = 79,43%
Este índice, de 79,43, deve ser aplicado sobre os salários de janeiro/89 para se determinar os salários de fevereiro/89.

DATA-BASE EM MARÇO/89 (exemplo para professores de pré-vestibular, supletivo e demais cursos-livres).

IPC (março/88 a fevereiro/89) = 1.226,742%
menos URPs e antecipação de janeiro/89 = 620,83169%
RESÍDUO = 84,06%
+ AUMENTO REAL (4%) = 91,42%
Este índice deve ser aplicado sobre os salários de fevereiro/89 para se determinar os salários de março/89.

Em assembleia realizada pelos professores, após o julgamento no T.R.T., ficou decidido que a categoria não aceitará, em hipótese alguma, o descumprimento da sentença. Qualquer tentativa, neste sentido, por parte dos donos de escolas, implicará numa nova greve dos professores.

EM TEMPO:

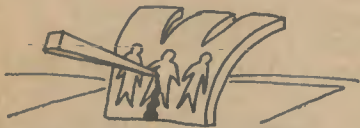
MAIS UMA VITÓRIA NOSSA



No fechamento desta edição, o Congresso Nacional derrubou os vetos do Presidente Sarney ao Projeto de Política Salarial. Com isto, sai de cena a malfadada figura do Efeito Suspensivo, expediente que os donos de Escolas iriam lançar mão para anularem as nossas conquistas, até que houvesse um parecer do TST. Desta forma, todas as nossas conquistas estão em vigor e devem ser cumpridas.

PROFESSORES EM GREVE

Nos meses de abril e maio, estiveram em greve os professores da rede particular dos Estados do Espírito Santo, de Mato Grosso, de Goiás, do Distrito Federal e de São Paulo. Em todos estes casos, a origem dos movimentos foram o arrocho salarial, agravado com o Plano Verão, mais a intransigência patronal, em não querer negociar. É aquele negócio: patrão é o mesmo em qualquer lugar.



SOS DEMOCRACIA

Foi lançado em Belo Horizonte, no último dia 10, o Comitê "SOS Democracia", na Casa do Jornalista. O comitê em Belo Horizonte é o quarto a ser criado no país e é uma resposta aos recentes atentados a bomba verificados em Volta Redonda e as tentativas de intimidação ao movimento dos trabalhadores.

O comitê é formado por cinco partidos políticos (PT, PDT, PV, PSDB e PC do B) e as centrais sindicais, CUT e Corrente Sindical Classista.

CENAS DA GREVE - I

A primeira greve dos professores do Sesi foi tratada a ferro e fogo pela direção do órgão. Afora as repressões e ameaças, ao final de 4 dias de paralisação, 18 professores estavam demitidos, inclusive uma diretora do Sinpro-MG, Maria Auxiliadora.

Todas estas demissões ficaram sem efeito, após a vitória dos professores na justiça, inclusive com estabilidade garantida. Após esta, quem sabe, a direção do Sesi aprende a tratar seus profissionais.



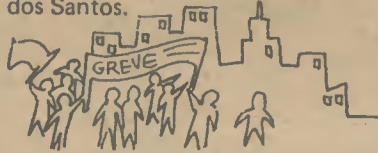
CENAS DA GREVE - II

O Colégio Marista Dom Silvério foi outro que deixou de lado os ensinamentos cristãos de verdade, respeito e justiça e, durante a greve, tratou os professores na base da intimidação, do desrespeito e da propaganda mentirosa.

Para tentar fazer os professores voltarem às aulas, a Diretoria do Colégio fez de tudo: ameaçou demitir, publicou anúncios nos jornais contratando substitutos para os grevistas e dirigiu carta aos pais dos alunos mentindo sobre a verdadeira situação dos professores do Colégio. Entretanto, como diz aquele ditado, não há nada como um dia depois do outro. Os professores do Colégio Dom Silvério, como toda a categoria, foram vitoriosos.

DESLIGAMENTO

Na próxima assembléia dos professores será discutido o pedido de desligamento da diretoria do Sinpro-MG, dos seguintes diretores: Roberto Sandra Abrantes Régis (Betão), Afonso de Araújo (Uberlândia) e Raquel Ferreira dos Santos.

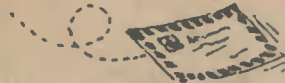


DOSSIÊ DA GREVE

Como esta foi a maior greve dos professores da rede particular, é natural que ela fosse, também, a maior em cobertura da imprensa. Os 36 dias de greve, mais o período do julgamento do dissídio, foram fartamente documentados pelos jornais de Belo Horizonte. Os professores que quiserem dar uma olhadinha, podem passar na nossa Assessoria de Imprensa. É brega, mas dizem que recordar é viver... ou sofre duas vezes.

ACÓRDÃO

Foi publicado pelo T.R.T., no dia 16/06, o acórdão do julgamento do dissídio coletivo da categoria. A partir de agora, mestres, as escolas são legalmente obrigadas a cumprir a sentença judicial. Portanto, que todos exijam os seus direitos.



CORREÇÃO

Reproduzimos aqui a íntegra da carta do Prof. Luiz Pompeu de Campos, conforme pedido do mesmo, e aproveitamos para nos desculpar.

"Belo Horizonte, 08 de maio de 1989.

Senhor Presidente, Durante a última greve dos docentes da rede particular de ensino, fui comunicado por professores do Curso "Método" (Av. Getúlio Vargas), que um carro de som deste Sindicato anunciava nome de professores que estavam dando aulas, e estranhamente foi citado como "fura-greve", além de outras acusações.

Diante de fato tão desagradável, venho dizer-lhe o seguinte:

1. atualmente não sou professor da rede privada, e, portanto, tal acusação é uma calúnia.

2. a atitude de gritar nome de colegas, tal como aconteceu durante a greve, em vários locais, não contribui de forma alguma para o crescimento do movimento. É uma atitude de "dedurismo", nada política e deseducativa.

Solicito portando de Vossa Senhoria a publicação deste documento no jornal deste Sindicato, no sentido de recuperar a verdade dos fatos.

Cordiais Saudações.

Prof. Luiz Pompeu de Campos"

Ilmo. Sr.

Prof. Newton Pereira de Souza
DD. Presidente do SINPRO-MG
NESTA

FRASE...

De um professor, na assembléia do dia 20/04/89: "esta greve colocou a nu a situação do ensino nas escolas particulares de Minas Gerais. Ela deixou claro a questão do lucro dos empresários do ensino, inclusive daquelas ditas filantrópicas".



VOTO AOS 16

Entre os eleitores que vão votar pra presidente este ano, quase 6 milhões estão na faixa dos 16 a 18 anos. São votos decisivos numa eleição como esta, onde até o momento tem prevalecido o discurso vazio das candidaturas. O Sinpro-MG, que luta pela democratização deste país, pede a todos os professores que estimulem seus alunos a fazer o alistamento eleitoral até o dia 06/08/89, no T.R.E., ou no Forum da Comarca. Documentação necessária: Carteira de Identidade ou certidão de nascimento. Maiores informações na União da Juventude Socialista (UJS) - Av. Amazonas, 491 - Sala 202 - Edifício Dantés.



FESTA DA VITÓRIA

Depois de tanta luta, do sufoco, das tensões, os professores relaxaram de vez. Bem entendido, comemoraram pra valer as conquistas da greve, numa festa de cair o queixo. Um dia é da labuta, o outro é da gandaia.

SEM CASA

Faltam, em nosso país, 12 milhões de casas. Em Minas Gerais faltam 900 mil, na grande BH, 300 mil, e na Capital, 95 mil. Pra piorar a situação, 50% da terra urbana de Belo Horizonte é ociosa e encontra-se nas mãos dos especuladores imobiliários. Definitivamente, isso não pode continuar. Esta campanha da Famobh deve ser engrossada por todo movimento democrático e popular.

CONFIRA SEU SALÁRIO



O salário mensal do professor deve ser calculado multiplicando-se o SA (salário aula) pelo número de aulas semanais e pelo fator 5,25 (4,5 semanas + 1/6 repouso). SA equivale ao salário aula-base, mais os adicionais por aluno em classe e por tempo de serviço, quando for o caso. Havendo adicional por excesso de alunos, o salário deve ser calculado de cada turma e depois somado.

O salário aula-base (SAB) pode diferir de uma escola para outra, nunca sendo inferior ao piso da categoria.

CÁLCULO DOS SALÁRIOS E DAS DIFERENÇAS

1) Se você leciona para pré-escolar, primário, 1º, 2º e 3º graus, proceda da seguinte maneira:

a) Salário de fevereiro = Salário de janeiro X 1,7946 X 1,2.
OBS.: 1,7946 para acrescentar 79,46%;

1,2 para acrescentar 20% (ativ. extra-classe).

Faça a seguinte tabela:

2) Se você leciona para Pré-vestibular, Supletivo ou cursos livres, o procedimento é semelhante, só que o reajuste é em março e o índice diferente.

Salário março = Salário fevereiro X 1,9142 X 1,2.

3) Os salários de junho já devem ser pagos com o reajuste retroativo a fevereiro ou março e o que ficar definido na Política Salarial do Governo.

4) A diferença salarial até maio deve ser paga no máximo até 31/07/89.

Salário março = Salário fevereiro X 1,9142 X 1,2.

| Mês | Salário devido | Salário pago | Diferença |
|-------------------|--------------------|--------------------|-----------|
| Fevereiro | Valor calculado | o que você recebeu | ----- |
| Março | mesmo de fevereiro | o que você recebeu | ----- |
| Abril | mesmo de fevereiro | o que você recebeu | ----- |
| Maio | mesmo de fevereiro | o que você recebeu | ----- |
| Total (diferença) | ----- | | |